

Centro: Licenciaturas

Curso: Historia

Título: OS IMIGRANTES JUDEUS E A POLÍTICA IMIGRATÓRIA BRASILEIRA NO GOVERNO VARGAS (1930-1945).

Autores: Pereira, C.C.L. Faria, B. S.

Email: paula.ribeiro@estacio.br

IES: UNESA

Palavra Chave: Imigração Judaica Nazi-fascismo Judeus alemães no RJ Decreto-Lei 3.175

Resumo:

O projeto Memórias e literatura de imigração: judeus alemães no Rio de Janeiro (1930-1950) teve início em novembro de 2011 e tem como um dos objetivos analisar o processo migratório e a inserção de imigrantes judeus, de origem alemã, na cidade do Rio de Janeiro. Para compreensão deste contexto, os pesquisadores se debruçaram sobre a política oficial migratória no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), especificamente no que tange à política voltada à imigração de origem judaica, assim como, se fez necessário uma reflexão sobre Nazi-fascismo na Europa. Através da leitura do livro "O Brasil e a Questão Judaica: Imigração, Diplomacia e Preconceito", do historiador Jeffrey Lesser (1995), das obras dos historiadores Maria Luiza Tucci Carneiro e Fábio Koifman e de pesquisas em arquivos públicos – em especial no Arquivo Histórico do Itamaraty - e privados, percebe-se ser um tema que aborda várias questões importantes como a crise mundial e o reflexo desta no Brasil, o debate sobre o "imigrante ideal" para compor a nação brasileira, as disputas políticas no país e o "perigo" comunista, a ascensão de governos totalitários e o debate sobre o antissemitismo e as questões sobre preconceito e hostilidades que envolvem o tema. Como atesta Koifman: "A ideologia nazista recém-implantada na Alemanha executava um eficiente programa de propaganda e divulgação no Brasil. Utilizando a estratégia que se mostrara eficiente naquele país, e em diversos outros, de se apresentar como o único sistema capaz de deter o comunismo, o nazismo assegurou admiradores em parte da nossa sociedade. Mesmo considerando as aproximações e diferenças, disputas e especificidades entre os nazistas brasileiros e o movimento integralista, que coexistiram por aqui, o fato é que, mesmo com uma ideologia "tropicalizada"- ou seja, adaptada ou transformada às necessidades e interesses dos líderes da direita brasileira - diversas categorias de valores racistas próprios do nazismo acabaram sendo aceitas seletivamente."(Koifman, 2002:106 -107). Com a Constituição de 1934, observa-se a primeira tentativa de endurecer a entrada de determinados grupos étnicos no Brasil. No entanto, nas leituras realizadas, não se percebeu até esta época uma política clara de impedimento à entrada de imigrantes de origem judaica no país. O que se nota, é absorção de conceitos racistas importados da ideologia nazista em vários grupos da sociedade brasileira. Para um grupo da elite brasileira, de políticos e intelectuais, era necessário "embranquecer" o Brasil, para que fosse possível criar uma identidade nacional, onde o Brasil deixaria de ser um país arcaico, ao serem eliminadas "características" do povo brasileiro consideradas "negativas" que vinham desde o período colonial. A definição de uma política migratória, com base na edição de Decretos-leis e emissão de circulares secretas emitidas internamente pelo Itamaraty, e que vão definir os rumos da imigração de judeus para o Brasil, e notada a partir de 1937. Mesmo com essa política de restrição, os judeus continuam a adentrar no país, o que levou o governo brasileiro a criar leis cada vez mais restritivas à esta imigração. O objetivo das autoridades brasileiras, de impedir a entrada de judeus, considerados "elementos indesejáveis" ao país, só é alcançado com o Decreto-lei n. 3.175 de 7 de abril de 1941. Na presente investigação foram trabalhadas diferentes fontes de pesquisa, e além da documentação primária consultada, foi pesquisado como alguns imigrantes registraram suas trajetórias e experiências sociais vividas no Brasil através de memórias, sejam essas memórias escritas (cartas, diários) ou de depoimentos orais de imigrantes de primeira geração ou seus filhos e netos.

